

A restauração ecológica só será possível incluindo as comunidades locais



» NATANNA HORSTMANN
» ROBERT MILLER
» LUAN HAMON
*Analistas socioambientais
do Instituto Sociedade,
População e Natureza (ISPN)*

O debate sobre a restauração ecológica no Brasil gira em torno de cifras bilionárias, metas ambiciosas e promessas de mercado de créditos de carbono. Contudo, na ponta — onde a semente encontra a terra — há uma realidade mais antiga. A restauração nasce das mãos e do conhecimento ancestral dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Eles são os protagonistas de uma relação com a terra que, há séculos, mantém a paisagem viva e resiliente. Nos últimos 30 anos, enquanto a pauta ambiental ganhava contornos globais, foram essas organizações comunitárias que impulsionaram a agenda localmente. Além de recuperar áreas degradadas, essas experiências fortalecem a autonomia dos territórios e demonstram que conservação e desenvolvimento caminham juntos. A pergunta que fica é: por que, então, ainda tratamos esses atores como coadjuvantes ou como "beneficiários" de projetos, e não como os protagonistas? Em 2019, a ONU declarou a Década da Restauração de Ecossistemas, e o Brasil, alinhado ao Acordo de Paris, comprometeu-se a restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Políticas como o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) foram criadas para dar conta desse recado. O problema é que, muitas vezes, a restauração idealizada corre o risco de

ser focada apenas em metas numéricas ou no plantio de árvores para sequestro de carbono, ignorando que a vegetação em pé é muito mais do que madeira e folhas. A restauração que o Brasil precisa é social. Para um povo indígena, restaurar uma área é reatar laços com a espiritualidade e com a história de seus ancestrais. Para um agricultor familiar, garantir a produção de alimentos saudáveis. Para uma comunidade quilombola, reafirmar sua autonomia e resistência territorial. A restauração acumula significados imateriais e práticos, e seu sucesso depende de um arranjo que fortaleça a governança comunitária. Sob essa ótica, quatro pilares devem orientar investimentos e políticas públicas no setor. O primeiro é o protagonismo de organizações e coletivos. As iniciativas precisam fomentar a autonomia, respeitar os direitos territoriais e garantir a distribuição justa e equitativa dos benefícios. O segundo pilar é a geração de renda e a ampliação de mercados. A restauração precisa gerar renda por meio dos sistemas agroflorestais que consorciavam plantios de árvores com a produção de alimentos, e o acesso dos produtores às compras institucionais. Ela precisa ser entendida como uma atividade econômica sustentável, capaz de conciliar restauração da biodiversidade, segurança alimentar e inclusão produtiva. O terceiro pilar é a aprendizagem. A produção de conhecimento pode ser participativa, valorizando tanto o campo científico quanto as práticas desenvolvidas pelas comunidades ao longo das gerações. Para isso, intercâmbios entre comunidades, parcerias com universidades e a valorização da educação do campo é essencial. Por fim, o quarto pilar é a escala da paisagem. Isso significa pensar na gestão integrada

do fogo, na segurança hídrica e na atuação em comitês de bacias, conselhos de Unidades de Conservação e fortalecimento institucional. A restauração deve ser um projeto de território. É aqui que entra o grande desafio: a restauração ecológica atrai investimentos crescentes, mas a perenidade dos resultados depende de como esse dinheiro será aplicado, se vai apenas contabilizar créditos ou construir uma economia verde verdadeiramente inclusiva. Nessa linha, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) tem acumulado aprendizados valiosos ao longo de três décadas. Por meio do Fundo Ecos, viabilizou mais de 130 projetos comunitários que resultaram no manejo e restauração de mais de 27 mil hectares. Além do financiamento direto às iniciativas comunitárias, o ISPN desenvolve estratégias que integram restauração produtiva, agroecologia, sistemas agroflorestais, pesquisa e monitoramento, fortalecimento institucional, unidades demonstrativas e atuação em rede. Essas ações valorizam o protagonismo de jovens, mulheres, lideranças locais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Todas essas experiências demonstram que o grande desafio para a Década da Restauração é conectar pessoas, territórios e oportunidades, apoiando projetos comunitários de forma contínua. Assim, reconhecer e valorizar o trabalho dessas comunidades torna-se condição essencial para o sucesso das políticas de restauração no Brasil. Na próxima semana, a VI Conferência Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE 2026) abrigará debates sobre o tema na Universidade de Brasília (UnB), com possibilidades de trocas e avanços para a pauta no território nacional.

Mauren/son Freire/CB/D.A Press



PEC das 40 horas: o Senado precisa ouvir quem conhece os dois lados do balcão



» PAULO CAMARGO
*Conselheiro, mentor de CEOs,
autor de Seja o líder que você
gostaria de ter como chefe*

Acompanhei de perto a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais. Agora, a proposta está no Senado. E é justamente nesse intervalo que quem opera na ponta precisa ser ouvido. Meu primeiro emprego formal foi numa assistência técnica da minha família, como balconista. Carteira assinada, segunda a sábado. Era 6x1. Quando eu tinha prova, trabalhava menos durante a semana e compensava no fim de semana. Aquilo nunca me pareceu privilégio. Parecia bom senso. Voltei da Ásia há poucos dias. Num hotel em Tóquio, conversei com um rapaz jovem, uns 25 anos, que me atendeu à noite e estava lá de novo na manhã seguinte. Perguntei quantas horas ia trabalhar naquela semana. Umas setenta, respondeu. Mas variava. Tinha semanas em que escolhia fazer menos, dependendo dos próprios planos. Perguntei se era obrigatório. Ele ri: "Não, eu que decidi. Essa semana quero dar um gás. Quando o hotel permite horas extras, eu venho". Continuamos conversando. Os mais velhos, incluindo o pai dele, preferiam trabalhar menos horas. A namorada, que trabalhava no mesmo hotel, fazia 30 horas por semana porque estava

focada em estudar para entrar na faculdade. No mesmo hotel, encontrei três pessoas vivendo momentos diferentes da vida. Não recomendaria 70 horas para ninguém como rotina. Mas ninguém era obrigado. Cada um tinha liberdade de escolher o próprio arranjo. Passei mais de 30 anos liderando operações que funcionam 365 dias por ano, muitas delas 24 horas por dia. Restaurantes, varejo, serviços. Conheço o que custa para o trabalhador que não tem sábado. E sei também o que pesa para o negócio que precisa manter a porta aberta. A discussão pública tem sido dominada por dois polos: trabalhadores que relatam exaustão real e legítima, e projeções econômicas alarmistas. Faltou até aqui a voz de quem opera na ponta, de quem vive da demanda irregular de clientes durante a semana. Esse silêncio tem peso. Serviços e comércio juntos respondem por mais de 46 milhões de vínculos empregatícios formais no país. São os dois maiores setores da economia brasileira e os mais diretamente afetados por essa mudança. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) estima que o impacto pode chegar a R\$ 122 bilhões por ano, com aumento de até 21% na folha salarial. São números que merecem ser discutidos com seriedade, não descartados como alarmismo nem aceitos sem questionamento. Mas, para quem opera uma pequena empresa com margem apertada, o risco é real. Para muitos pequenos negócios, essa conta simplesmente não fecha. Mais do que o custo, o que está em jogo é a flexibilidade. A Associação Nacional de Restaurantes coloca bem: o setor não se opõe à redução da jornada em si. Precisa de

flexibilidade na distribuição das 40 horas semanais. Quem já montou turno em operação contínua sabe que um modelo rígido, que ignora a lógica do serviço ininterrupto, não protege o trabalhador. Coloca em risco o trabalhador e o negócio que o emprega. A legislação já oferece parte desse caminho. Bancos de horas por convenção coletiva, compensação de horários por acordo coletivo, a escala 12x36 funcionando com sucesso em operações 24 horas. A própria PEC preservou a negociação coletiva para escalas diferenciadas em setores essenciais. Não se trata de preservar ou abolir a escala 6x1, mas de como distribuir as horas trabalhadas de forma que o limite semanal seja respeitado sem inviabilizar modelos de negócio que dependem de operação contínua. Quem conhece essa operação por dentro sabe que essa distinção gera uma política que funciona de uma que separa desemprego. Essa discussão poderia ter acontecido com mais calma. Está acontecendo agora, com velocidade, em pleno ano eleitoral. Fica a pergunta: por quê? Pautas que afetam a vida de milhões de pessoas merecem ser discutidas sem pressa, ouvindo todos os lados. O Senado tem diante de si a oportunidade de transformar uma PEC aprovada com velocidade em uma política pública duradoura. Para isso, precisa ouvir quem conhece os dois lados do balcão. Não como obstáculo aos direitos dos trabalhadores, mas como agentes que entendem o que está em jogo. A pergunta não é quantos dias se trabalha. É com que flexibilidade, com quanta autonomia e com que previsibilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Planejamento central na educação sem sucesso

Poucas experiências históricas fracassaram tanto quanto a tentativa de substituir milhões de decisões individuais pela vontade de um pequeno grupo de planejadores. Sempre que governos imaginaram ser capazes de decidir, de cima para baixo, o que uma sociedade inteira deveria produzir, consumir, pensar ou aprender, os resultados foram semelhantes: desperdício, burocracia, estagnação e perda de qualidade. Na economia, esse fenômeno ficou conhecido como o problema do cálculo econômico. Ludwig von Mises demonstrou, ainda na década de 1920, que nenhum planejador consegue reunir todas as informações espalhadas por uma sociedade para tomar decisões melhores do que aquelas produzidas espontaneamente por milhões de indivíduos. Ou seja, pelo mercado. Friedrich Hayek aprofundou essa análise ao mostrar que o conhecimento está disperso entre pessoas, famílias, empresas e comunidades, tornando impossível sua concentração nas mãos do Estado. Como dizia o filósofo de Mondubim, a verdade está espalhada no ar. Na educação brasileira, parece ocorrer exatamente o mesmo fenômeno. Brasília insiste em acreditar que conhece as necessidades de quase 50 milhões de estudantes distribuídos por um país continental. A cada novo Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular ou diretriz ministerial, aumenta a quantidade de normas, competências, habilidades, indicadores e metas burocráticas. Diminui, entretanto, aquilo que realmente interessa: ensinar português, matemática, ciências, história e desenvolver pensamento crítico. Enquanto o governo central produz milhares de páginas de regulamentações, os resultados permanecem praticamente inalterados. Os indicadores internacionais mostram uma realidade preocupante. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), coordenado pela OCDE, coloca sistematicamente o Brasil entre os últimos colocados em leitura, matemática e ciências entre as economias participantes. Em matemática, mais de dois terços dos estudantes brasileiros não atingem sequer o nível considerado básico. Em leitura, parcela significativa termina o ensino médio sem compreender plenamente textos relativamente simples. Os problemas, obviamente, aparecem ainda antes. Avaliações nacionais mostram elevados índices de analfabetismo funcional. Milhões de estudantes conseguem decifrar palavras, mas não interpretar corretamente o significado de um texto, resolver problemas matemáticos elementares ou elaborar argumentos consistentes. Essa realidade não decorre da falta de planejamento. Talvez, de um excesso sem pé na realidade e mais ligado a uma burocracia estatal e cada vez mais estatizante. Mesmo com planos decenais, planos estaduais, planos municipais, parâmetros curriculares, diretrizes nacionais, competências gerais, competências específicas, habilidades, metas quantitativas e inúmeros instrumentos administrativos, o desenvolvimento é mirrado e imperceptível nos rankings. Países que alcançaram elevados padrões de ensino seguiram caminho bastante diferente. A Finlândia tornou-se referência internacional justamente por conceder elevada autonomia às escolas e aos professores. Singapura trabalha com currículo objetivo, rigoroso e fortemente baseado em domínio de conteúdo. A Estônia, hoje uma das maiores surpresas da educação mundial, investiu pesadamente na formação docente, na tecnologia e na autonomia escolar. A Coreia do Sul apostou na valorização social do professor, na disciplina acadêmica e em avaliações permanentes. O fato é que nenhum desses países resolveu seus problemas multiplicando burocracias. Os esforços foram concentrados em ensinar melhor. Enquanto isso, conteúdos fundamentais vão perdendo espaço. Em muitos casos, disciplinas essenciais cedem lugar a projetos transversais cuja efetividade jamais foi comprovada por avaliações independentes. Instituições de ensino superior gastam cada vez mais tempo oferecendo disciplinas de nivelamento para alunos que chegam incapazes de escrever corretamente, interpretar textos complexos ou realizar operações matemáticas básicas. O problema já não está apenas no ensino fundamental. Ele percorre toda a cadeia educacional. A centralização excessiva acaba produzindo um currículo que atende parcialmente a todos e plenamente a ninguém. Outro equívoco recorrente consiste em imaginar que aumentar gastos públicos resolve automaticamente problemas educacionais. O Brasil já investe percentual significativo do Produto Interno Bruto (PIB) em educação quando comparado a diversos países desenvolvidos. O desafio principal encontra-se menos no volume de recursos e muito mais na qualidade da gestão, na eficiência do gasto e na aprendizagem efetiva dos estudantes. Recursos são indispensáveis. Mas não substituem boa administração. Também não substituem professores capacitados. Nem escolas organizadas. Nem famílias presentes. Nem liderança pedagógica. Talvez seja justamente nesse ponto que o debate precisa amadurecer. Educação de qualidade não nasce de decretos. Também não surge da multiplicação de planos nacionais. Quando um sistema educacional passa a acreditar que alguns especialistas conseguem decidir sozinho o que milhões de estudantes devem aprender, corre exatamente o mesmo risco identificado por Mises e Hayek na economia: substituir a riqueza produzida pela diversidade de experiências humanas pela pobreza intelectual gerada pela uniformização burocrática.

A frase que foi pronunciada:

"Os melhores professores são aqueles que mostram onde olhar, mas não dizem o que ver."

Alexandra K. Trenfor

História de Brasília

Descobindo a pólvora, o deputado explica por que a Exposição não está completa e diz coisas que aprendeu no nosso regime, principalmente. As faltas da Exposição são, inclusive, algumas histórias escritas com patriotismo por um povo. (Publicada em 24/5/1962)